



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000567-66.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica – Aquisição de Bens Consumos - Materiais Hospitalares.

### DESPACHO Nº 890 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, que tem como objeto a contratação direta, para o exercício de 2023, de pessoa jurídica especializada no fornecimento de **Bens de Consumo - Materiais Hospitalares** (0990663), com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD (evento 0990776).

Por meio da Solicitação de Contratação 15 (0990777) a Unidade solicitante requereu autorização para continuidade do feito com a adoção da modalidade "Dispensa Eletrônica" e a consequente elaboração de Termo de Referência.

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 785/2023 (0998518), concluiu que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD (0990776), a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º do art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo a unidade demandante, para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Carreou-se a informação conclusiva sobre o valor estimado (1012064) e versão final do Termo de Referência (1017437), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

O valor total da contratação foi estimado em R\$ 24.083,43 (vinte e quatro mil oitenta e três reais e quarenta e três centavos), valor obtido a partir de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados no formulário de evento 1012064.

Os autos foram remetidos à Seção de Apoio às Contratações - SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; à COFC, para programação orçamentária; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico (1015086).

A SPOF juntou Programação Orçamentária (1018471) no valor de R\$ 24.083,43 (vinte e quatro mil oitenta e três reais e quarenta e três centavos) para custear a despesa, contendo ainda a informação de que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

A SAC, após análise formal, atestou que o **TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 4/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES** (1017437) - complementado pela Informação Conclusiva (1012064) e demais elementos contidos no processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos arts. 72 e 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 26, inciso IV, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação, por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, no tipo menor preço (1018120).

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 122/2023 (1019027), opinou: a) pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência n. 4/2023-SAMES (1017437) - também analisado e tido como regular pela SAC (1018120) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; b) dada a notícia de pluralidade de fornecedores para comercializar os materiais demandados, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo **art. 75, II, da Lei n. 14.133/202** (atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022) **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022; e c) **caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SAOFC**, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes do parecer.

Autorizada a Dispensa Eletrônica pelo titular da SAOFC (1022966), a ASLIC deu continuidade da tramitação do feito, com a operacionalização da divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no sistema comprasnet e no Portal de Transparência deste Tribunal (1024715), julgamento e das propostas (1032291) e juntada dos documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista das melhores proponentes (1032278, 1032279, 1032280, 1032281, 1032282, 1032283, 1032284, 1032285 e 1032287). **Os itens 5, 9 e 11 do presente certame restaram fracassados.**

Juntou-se aos autos Relatório de propostas (1032291) e Relatório n. 43/2023-ASLIC (1032324) certificando as principais ocorrências do certame.

Instada a se manifestar acerca do procedimento da dispensa eletrônica, a Assessoria Jurídica da SAOFC, pelo Parecer Jurídico n. 146/2023 (1033345), atestou a regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, opinando pela possibilidade da adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 (1024675), nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema (1032291), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação (1030764). Opinou, também, pela **homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021. Ao final, ressalta que, considerando **que os itens 5, 9 e 11 do presente certame restaram fracassados**, deverá a unidade demandante adotar providências diante das possíveis formas de aquisição dos itens, com base no que dispõe o § 3º, art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 (0917187) c/c ao item 24 do Anexo VIII, submetendo para a apreciação e deliberação da autoridade competente.

De posse dos autos, o Secretário da SAOFC manifestou-se pela aprovação dos elementos constitutivos da etapa de planejamento (TR - 1017437 e Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação, evento 1012064); pela **adjudicação** do resultado da Dispensa

Eletrônica n. 27/2023, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema (1032291), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação (1032324); pela **homologação do certame pela autoridade competente**, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021; pela **regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação** (1012064) e, em cumprimento ao item 21.3 do Anexo II da Resolução CNJ nº. 215/2015 e ao Acórdão TCU nº. 2622/2015 – Plenário, a qual submeto para decisão superior; pela **autorização da despesa** de forma direta por dispensa de licitação, em formato eletrônico, com fulcro no inciso **VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**; e pela **publicação do ato autorizativo da contratação direta** em sítio eletrônico oficial do TRE-RO a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do **parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021**, além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (Manifestação n. 273/2023-GABSAOFC - evento 1035269).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação e deliberação.

Conforme consta do Termo de Referência, há necessidade da aquisição pretendida, tendo em vista a continuidade da prestação de assistência médica aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a Resolução nº 03, de 31 de março de 2015.

De fato, a contratação poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor de R\$ 24.083,43 (vinte e quatro mil oitenta e três reais e quarenta e três centavos) está dentro do limite legal permitido, consoante art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

Considerando o comando expreso prescrito no § 3º do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, as contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis:

### Seção III

#### Da Dispensa de Licitação

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva **valores inferiores a R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Decreto nº 11.317, de 2022\)](#) [Vigência](#)

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa. (grifei)

Nos termos trazidos, podemos citar a redação trazida pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - SEGES/ME:

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do **caput** do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do **caput** do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; (grifei).

Pela leitura do dispositivo normativo acima citado, percebe-se que, o sistema de **dispensa eletrônica** é aplicado, dentre outros, para os casos de dispensa de licitação que não ultrapassem os limites indicados nos incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, atualmente balizados respectivamente em R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), para obras e serviços de engenharia e serviços de manutenção de veículos automotores e R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) para os demais serviços e compras.

Desse modo, a dispensa de licitação eletrônica é cabível nas situações em que a escolha do futuro contratado for pautada no critério preço, sem que aspectos qualitativos sejam determinantes ou relevantes, o que constitui a maioria expressiva dos casos de dispensa de licitação, de forma que a não utilização da dispensa de licitação eletrônica passa a ser a exceção, que tem lugar em casos específicos, como os que envolvem emergências, inovação tecnológica, serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e outras situações de dispensa.

O procedimento da dispensa de licitação eletrônica segue o fluxo estabelecido no artigo 72 da Lei n. 14.133/2021 para as contratações diretas, com a particularidade de realizar-se em ambiente eletrônico, acrescido de exigências relevantes no tocante à seleção do futuro contratado, uma espécie de modalidade simplificada de licitação e mais célere que contempla o princípio da isonomia.

Feitos os devidos registros normativos, no caso sob análise, constata-se que considerando o valor da aquisição envolvida (**R\$ 24.083,43**) poder-se-ia aplicar à dispensa o regime eletrônico previsto no § 3º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, procedimento normatizado pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - SEGES/ME, o que de fato foi aplicado para operacionalizar a presente contratação.

Do caderno processual, extrai-se que o agente de contratação trouxe aos autos relatório de propostas (1032291) e, ao final, juntou o Relatório nº 43/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1032324), expondo as principais ocorrências no curso do procedimento de contratação direta.

No dia e horário agendados, o Agente de Contratação iniciou a operação do Sistema de Dispensa Eletrônica não havendo relato de qualquer intercorrência a impactar a conclusão dos trabalhos. Cumpridas as fases de julgamento das propostas e habilitação, mediante aplicação objetiva do critério para aceitação da proposta, as propostas apresentadas constam em relatório extraído do sistema (1027031, 1027038, 1027040, 1027042, 1027043, 1027044, 1027047, 1027050, 1027051, 1027052, 1027053, 1027055, 1027057 e 1027060).

Conforme já relatado, verifica-se que mediante o Parecer Jurídico nº 126/2023 (1021425), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 (1024675), nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema (1032291), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação (1030764), e via de consequência, pela **homologação da contratação direta pela autoridade competente**. Registrou, ainda, considerando o fracasso do certame para os itens **5, 9 e 11**, que a unidade demandante avalie a adoção das medidas previstas no § 3º, art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 (1033345).

Analisando o procedimento propriamente dito, verifica-se que não houve pedido de esclarecimento ou qualquer ato dos proponentes acerca do objeto da contratação, não se registrando item deserto ou cancelado na fase da aceitação.

Observa-se que no curso da tramitação do procedimento foram obedecidos todos os normativos que regem a matéria, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas (1024715).

Desse modo, conclui-se que, apesar de fracassado para os os itens **5, 9 e 11**, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Relatório ASLIC (1032324), não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar sua validade, uma vez que foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018, com fundamento no art. 71 da Lei 14.133/2021 c/c art. 23 da [Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021](#):

**1 - Aprovo o Termo de Referência nº 4/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES (1017437)**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022;

**2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento 1012064**, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

**3 - ADJUDICO** o resultado da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 (1024675), nos exatos contornos registrados no Relatório de Fornecedores - Habilitação extraído do sistema (1032291), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação (1030764), **para adjudicação do seu objeto às seguintes cotantes: a)** VANIA CRISTINA DA SILVA CAETANO - CNPJ n. 46.599.200/0001-03, cotante do menor preço para o **Item 01**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento (1032278); **b)** CLEIA MARTINS DA SILVA - CNPJ n. 50.664.843/0001-60, cotante do menor preço para o **Item 02**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento (1032282); **c)** TOMINA COMERCIO E SERVICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ n. 38.218.493/0001-03, cotante do menor preço para o **Itens 03, 06 e 10**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento (1032282); **d)** SUPER LICITE LICITAÇÕES LTDA. - CNPJ n. 33.275.120/0001-50 cotante do menor preço para o **Item 04**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento (1032285); **e)** THE BEST PHARMA Comércio e Serviços Hospitalares LTDA. - CNPJ n. 03.339.270/0001-10, cotante do menor preço para o **Item 07**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento (1032287); **f)** CIMINA COMERCIO E SERVICOS LTDA. - CNPJ n. 09.528.371/0001-15 cotante do menor preço para o **Item 08**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento (1032281); **g)** AT CONSTRUÇOES LTDA. - CNPJ n. 18.365.821/0001-97 cotante do menor preço para o **Item 12**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento (1032280); **h)** GRACIFARMA FARMACIA LTDA. - CNPJ n. 07.809.370/0001-13 cotante do menor preço para o **Item 13**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento (1032283); **i)** MARCELO SOUZA DA SILVA CNPJ n. 46.974.377/0001-42 cotante do menor preço para o **Item 14**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento (1032284);

**4 - HOMOLOGO a Dispensa Eletrônica n. 27/2023**, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e no art. 71, inciso IV da Lei n. 14.133/2021; e

**5 - DETERMINO** a divulgação e disposição ao público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Efetuada a homologação da Dispensa no Sistema Compras.gov.br, à ASLIC para juntar o extrato de homologação e publicação do resultado da dispensa nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

À SAMES para se manifestar, relativo aos itens **5, 9 e 11 fracassados**, quanto à adoção das medidas alternativas previstas no § 3º, art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 (0917187).

Por fim, devolvam-se os autos à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral, em 04/09/2023, às 18:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1041304** e o código CRC **DE885207**.